A educação como bem comum na era da inteligência artificial

La educación como bien común en la era de la inteligencia artificial

Education as a Public Good in the Age of Artificial Intelligence

Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard

Resumo: A edição de 2026 da UNESCO Digital Learning Week reuniu ministros da educação, especialistas, representantes do setor tecnológico, docentes e estudantes para discutir os impactos da inteligência artificial (IA) nos sistemas educacionais. O evento resultou na adoção da Declaração Ministerial: Preservando a Educação como um Bem Comum na Era da IA, documento que reafirma a educação como direito humano e bem comum diante da crescente incorporação da IA nos processos de ensino e aprendizagem. O presente informe analisa os principais temas debatidos durante o encontro, as prioridades de ação aprovadas pelos Estados participantes, os documentos preparatórios divulgados pela UNESCO e as repercussões observadas em veículos especializados. Os resultados evidenciam uma preocupação crescente com governança pública, soberania digital, proteção dos direitos dos estudantes, valorização da autonomia docente e promoção do pensamento crítico em ambientes educacionais mediados por inteligência artificial.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Educação Digital; Governança Educacional; UNESCO.

Resumen: *La edición 2026 de la Digital Learning Week de la UNESCO reunió a ministros de educación, especialistas, representantes de la industria tecnológica, docentes y estudiantes para debatir los impactos de la inteligencia artificial (IA) en los sistemas educativos. El evento culminó con la adopción de la Declaración ministerial: Mantener la educación como un bien común en la era de la IA, documento que reafirma la educación como derecho humano y bien común frente a la creciente incorporación de la IA en los procesos de enseñanza y aprendizaje. Este artículo analiza los principales temas debatidos, las prioridades de acción aprobadas, los documentos preparatorios publicados por la UNESCO y las repercusiones observadas en medios especializados. Los resultados muestran una preocupación creciente por la gobernanza pública, la soberanía digital, la protección de los estudiantes, la autonomía docente y el fortalecimiento del pensamiento crítico en entornos educativos mediados por inteligencia artificial.*

Palabras clave: *Inteligencia Artificial; Educación Digital; Gobernanza Educativa; UNESCO.*

Abstract: *The 2026 edition of Digital Learning Week, organized by UNESCO, brought together ministers of education, experts, technology industry representatives, teachers, and students to discuss the impact of artificial intelligence (AI) on education systems. The event culminated in the adoption of the Ministerial Statement: Sustaining Education as a Common Good in the Age of AI, which reaffirmed education as a human right and a common good amid the rapid integration of AI into teaching and learning processes. This paper examines the main themes discussed during the event, the priorities for action adopted by participating states, the background documents released by UNESCO, and the reactions observed in specialized media. The findings highlight growing concerns regarding public governance, digital sovereignty, protection of learners' rights, teacher agency, and the promotion of critical thinking in AI-mediated educational environments.*

Keywords: *Artificial Intelligence; Digital Education; Educational Governance; UNESCO.*

Introdução

A crescente incorporação da inteligência artificial nos sistemas educacionais tem provocado debates sobre os limites, oportunidades e desafios da transformação digital da educação. Ferramentas de IA generativa passaram rapidamente a integrar atividades pedagógicas, processos administrativos, avaliações e práticas de ensino, criando novos desafios para reguladores, gestores educacionais e comunidades escolares. Nesse contexto, organismos multilaterais vêm buscando estabelecer referenciais normativos que permitam conciliar inovação tecnológica, direitos humanos e qualidade da educação.

Foi nesse cenário que a UNESCO promoveu, entre 8 e 11 de setembro de 2026, a Digital Learning Week 2026, realizada em Paris sob o tema "Educação na Era da IA: Fatos |Fricções | Fronteiras" (*Education in the Age of AI: Facts | Frictions | Frontiers*). O encontro reuniu mais de mil participantes presenciais e milhares de participantes online, incluindo ministros da educação, representantes governamentais, pesquisadores, empresas de tecnologia, docentes e estudantes. O principal resultado político do evento foi a aprovação de uma declaração ministerial voltada à preservação da educação como bem comum na era da inteligência artificial.

A Digital Learning Week 2026 e o debate internacional sobre IA

Os debates promovidos pela UNESCO partiram do reconhecimento de que a inteligência artificial já opera em dimensões centrais dos sistemas educacionais, influenciando a forma como os estudantes aprendem, como os professores exercem seu julgamento profissional e como os resultados educacionais são avaliados e registrados. O documento ministerial reconhece que a IA pode ampliar o acesso à educação, apoiar estudantes com deficiência, reduzir encargos burocráticos docentes e possibilitar experiências de aprendizagem mais personalizadas. Entretanto, enfatiza que tais benefícios dependem de supervisão humana, governança adequada e preparação institucional.

A UNESCO destacou ainda que grande parte dos sistemas de IA atualmente utilizados em ambientes educacionais não foi originalmente concebida para fins pedagógicos. Trata-se, em muitos casos, de plataformas de propósito geral cujas lógicas técnicas e comerciais influenciam diretamente seu funcionamento nas escolas e universidades. Essa constatação motivou discussões sobre regulação, transparência e mecanismos de controle público.

A agenda do encontro foi estruturada em torno de três eixos centrais. O primeiro, denominado "Facts" (Fatos), tratou da produção e validação do conhecimento em um contexto marcado pela crescente disseminação de conteúdos gerados por IA. O segundo eixo, "Frictions" (Fricções), explorou os impactos da tecnologia sobre os métodos de avaliação, a integridade acadêmica e as práticas docentes. O terceiro, "Frontiers" (Fronteiras), concentrou-se em temas emergentes relacionados à soberania digital, IA de interesse público e novas formas de governança tecnológica.

A Declaração Ministerial e as prioridades de ação

O principal resultado do encontro foi a adoção da *Declaração Ministerial: Preservando a Educação como um Bem Comum na Era da IA*, aprovada por representantes de mais de vinte países. O documento reafirma que a educação constitui um direito humano e um bem comum, cuja finalidade pública deve ser preservada diante dos avanços tecnológicos. A declaração

reconhece a relevância de instrumentos internacionais anteriores, incluindo a Recomendação sobre a ética da inteligência artificial (2021), o Consenso de Pequim sobre Inteligência Artificial na Educação (2019) e as estruturas de competências em IA para estudantes e professores desenvolvidas pela UNESCO.

> *A Declaração Ministerial é um apelo veemente à defesa do interesse público, do pensamento crítico, da autonomia dos professores e da solidariedade. A forma como integramos a IA na educação é uma questão de decisão pública e de prestação de contas ao público.*
>
> **Qun Chen** — Diretor-Geral Adjunto da UNESCO para a Educação

Entre as prioridades estabelecidas destaca-se a defesa de mecanismos de supervisão pública sobre sistemas de IA utilizados na educação, inclusive quando disponibilizados gratuitamente por empresas privadas. O documento recomenda que essas tecnologias sejam auditáveis, transparentes e submetidas a mecanismos de prestação de contas.

Outra prioridade consiste na promoção do pensamento crítico. A declaração propõe o desenvolvimento de sistemas que estimulem raciocínio, reflexão e elaboração intelectual por parte dos estudantes, evitando a substituição de processos cognitivos essenciais por respostas automatizadas. Paralelamente, os ministros defenderam investimentos na formação de professores e estudantes para o uso crítico e responsável da inteligência artificial.

O documento também enfatiza a valorização da autonomia docente, afirmando que professores devem participar das decisões relacionadas à adoção de tecnologias educacionais. Segundo a declaração, a IA deve funcionar como ferramenta de apoio ao trabalho pedagógico, e não como substituta da atuação profissional dos educadores.

Outros compromissos incluem a proteção dos estudantes, a promoção da equidade digital, o fortalecimento das capacidades regulatórias dos Estados, a busca por maior soberania tecnológica e a ampliação da participação social nos processos de governança da inteligência artificial aplicada à educação.

Documentos preparatórios e produção de conhecimento

Além da declaração ministerial, a UNESCO lançou um conjunto de documentos técnicos destinados a subsidiar a formulação de políticas públicas. Os materiais discutem questões relacionadas à segurança da IA, soberania digital, contratação de plataformas tecnológicas, modelos de financiamento, adequação etária dos sistemas e mecanismos de governança.

Também foi apresentado o documento de referência intitulado Preservando a Educação como Bem Comum na Era da IA: Argumentos a favor de uma governança deliberada, que serviu de base conceitual para os debates ministeriais. De acordo com a UNESCO, as contribuições recolhidas durante o evento permanecerão em consulta pública e serão consolidadas em futuras publicações orientadas à formulação de políticas educacionais.

Paralelamente, a organização divulgou novos dados sobre tendências da inteligência artificial no ensino superior obtidos por meio de sua rede internacional de cátedras universitárias. Os resultados apresentados indicam que a adoção da IA tem avançado mais rapidamente do que o desenvolvimento de políticas institucionais e mecanismos regulatórios.

Repercussão e observações da sociedade civil e da imprensa

A cobertura realizada por veículos especializados em educação destacou a tentativa da UNESCO de consolidar uma abordagem centrada no interesse público para a governança da inteligência artificial. As análises publicadas enfatizaram especialmente os debates sobre soberania digital, segurança dos sistemas de IA, formação docente e desenvolvimento de estruturas de responsabilização pública.

Observou-se também apoio à preocupação da UNESCO quanto à ausência de marcos regulatórios robustos no setor educacional. Relatos sobre o evento destacaram dados apresentados durante a semana indicando que muitas instituições educacionais ainda não dispõem de políticas formais para o uso de IA generativa, cenário que reforça os argumentos da organização em favor de uma governança mais estruturada.

Nas informações examinadas não foram identificadas manifestações formais de organizações não governamentais contestando a declaração ministerial. As referências consultadas apontam predominantemente apoio às iniciativas da UNESCO voltadas à regulação, transparência, proteção de estudantes e fortalecimento das capacidades institucionais para lidar com a rápida transformação tecnológica no setor educacional.

Considerações finais

A Digital Learning Week 2026 consolidou a posição da UNESCO em favor de uma incorporação da inteligência artificial orientada pelo interesse público e pelos direitos humanos. A declaração ministerial adotada pelos países participantes procura responder aos desafios associados à rápida disseminação de sistemas inteligentes na educação, enfatizando a necessidade de supervisão pública, autonomia docente, equidade digital e desenvolvimento do pensamento crítico.

Os documentos produzidos durante o evento evidenciam uma tendência de fortalecimento da governança internacional da IA em educação, articulando preocupações com soberania tecnológica, transparência algorítmica e proteção dos direitos dos estudantes. Mais do que promover ou restringir a adoção da inteligência artificial, a proposta apresentada pela UNESCO busca assegurar que o uso dessas tecnologias permaneça subordinado aos objetivos educacionais, sociais e éticos estabelecidos pelos sistemas públicos de ensino.

Referências

UNESCO. *Education in the age of AI: Ministerial statement to be adopted at UNESCO's Digital Learning Week*. Paris: UNESCO, 2026. Disponível em: https://www.unesco.org/en/articles/education-age-ai-ministerial-statement-be-adopted-unescos-digital-learning-week. Acesso em: 10 set. 2026.

UNESCO. *Education Ministers call for education to remain a common good in the age of AI at UNESCO's Digital Learning Week*. Paris: UNESCO, 9 set. 2026. Disponível em: https://www.unesco.org/en/articles/education-ministers-call-education-remain-common-good-age-ai-unescos-digital-learning-week. Acesso em: 10 set. 2026.

UNESCO. *Ministerial Statement: Sustaining Education as a Common Good in the Age of AI*. Paris: UNESCO, 2026. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000399360. Acesso em: 10 set. 2026.

PUBLIC NOW. *Education Ministers call for education to remain a common good in the age of AI at UNESCO's Digital Learning Week*. 9 set. 2026. Disponível em: https://www.publicnow.com/view/059AC144063DFB85D6A252F2361EE538720708D7. Acesso em: 10 set. 2026.

WINS SOLUTIONS. *UNESCO's Digital Learning Week 2026 to adopt AI education statement*. 9 set. 2026. Disponível em: https://www.winssolutions.org/unesco-digital-learning-week-ai-statement/. Acesso em: 10 set. 2026.

FIRAT. *UNESCO Digital Learning Week 2026 opens with global push to put AI in classrooms on a policy footing*. 8 set. 2026. Disponível em: https://firat.rw/articles/unesco-digital-learning-week-2026-opens-with-global-push-to-put-ai-in-classrooms-on-a-policy-footing. Acesso em: 10 set. 2026.